



Artur. C.
/

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 2/2023

SESSÃO Ordinária

Sessão realizada no dia 21 de abril de 2023, na sala de sessões do município de Sines

Presenças dos membros da Assembleia Municipal -----

Presidente: Idalino Sabido José (PS),-----

2º Secretário: Artur Licínio de Oliveira Martins (PS) -----

Tiago Jorge Guerreiro Santos (PS) -----

Sónia Margarida Silva Santos (PS) -----

Ricardo Ferreira de Brito (PS) -----

Rui Filipe da Silva Encarnação (PS) -----

Amélia João Chamorro Nunes (PS) -----

José da Silva Raposo (PS) -----

Edgar Filipe de Jesus Almeida (PS) -----

Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS) -----

Manuel António de Campos Botelho da Lança (MAISines), substituído por Fábio Faustino -----

Paula Schneider Silveira (MAISines) substituída por Rui Luz -----

Paulo César Lála de Freitas (MAISines) -----

João Gonçalo Barata Loureiro Cruz (MAISines) -----

Fátima Isabel Gomes Cardoso (MAISines)-----

Gil Vasco da Silva Gonçalves (MAISines) -----

Ana Isa Plácido Correia (CDU), substituída por Hélder Campos -----

Miguel Nuno Prata Pacheco (CDU) -----

Soraia Cristina Pinela Pereira (CDU) -----

António Francisco Almeida Roberto (CDU) -----

Joaquim António Lopes Serrão (PS) -----

José Pedro do Nascimento Arsénio (PS)-----



Idalino Sabido José
Amélia João Chamorro Nunes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Presenças da Câmara Municipal de Sines: -----

Presidente: Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----

Vereador: Fernando Miguel Ramos -----

Vereadora: Filipa Marta Torres Faria -----

Vereador: José Manuel Guerreiro Arsénio -----

Vereador: Gonçalo José Teixeira Pimenta Maldonado Naves -----

Vereador: Jaime António Pereira Pires de Cáceres -----

Ausências da Assembleia Municipal de Sines:

1ª Secretária: Nádía Andreia Pacheco Vilhena (PS) -----

Ausências da Câmara Municipal de Sines:

Vereador: António Luís Barreiros da Silva Braz -----

Eram vinte e uma horas e quinze minutos quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, deu início à ordem de trabalhos da sessão ordinária de vinte e um de abril de dois mil e vinte e três. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines informou que a 1ª Secretária da Mesa, **Nádía Andreia Pacheco Vilhena**, por motivos profissionais não pode estar presente na Assembleia e solicitou autorização aos Deputados Municipais, que foi concedida, para que fosse chamada para a Mesa da Assembleia a Deputada Municipal **Amélia João Chamorro Nunes**. -----

A - Intervenção do público -----

Neste ponto, nos termos do regimento, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos munícipes presentes se pretendem intervir sobre algum assunto. Os Munícipes que entenderam intervir fizeram-no em seguida. -----

O munícipe **João Santos**, diz que “há cerca de um ano estive numa Assembleia, onde questionei sobre a questão artigo quarenta e sete, lote duzentos e vinte, freguesia de Porto Covo, cuja empreitada foi iniciada em 2018. Gostaria de saber em que ponto é que estamos. -----

Gostaria também de saber em que ponto é que estamos a nível de alcatroamento de ruas. Sines foi alcatroado, como é que estamos a nível da freguesia de Porto Covo? Quero também dar uma



Am *Ca*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

palavra à Junta de Freguesia de Porto Covo, agradecer o que eles têm feito para que a nossa freguesia esteja mais limpa e que nós tenhamos uma freguesia apelativa a quem nos visita”. -----
O munícipe **Carlos Rasteiro** diz que “há duas ou três assembleias vim aqui falar sobre a falta de condições de estacionamento num hotel que vocês todos conhecem. Além do hotel não proporcionar estacionamentos, o lixo que nós metemos à parte todos os dias fica do lado de fora porque já não cabe, só há um ecoponto. Depois há um funcionário da Câmara que pega tudo numa carrinha e leva para o lixo. Eu quero perguntar quais são as condições que vocês vão meter para nós, se vamos estar a pagar uma casa uma vida inteira para estar na porcaria? O que é que vão fazer em relação a isso? Vamos viver todos os anos na porcaria?” -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos munícipes. -----

“Relativamente às questões colocadas pelo senhor **João Santos**. A empreitada do lote duzentos e vinte, tal como aconteceu com algumas empreitadas que decorreram na cidade, teve vários problemas com o empreiteiro. A Câmara já conseguiu resolver alguns desses problemas, mudando de empreiteiro, ou rescindindo contratos. Neste caso, o empreiteiro abandonou a obra, tal como já tinha informado numa Assembleia anterior. Neste momento, estamos a fazer um novo caderno de encargos para submeter um novo concurso, aliás nós temos acompanhado com preocupação, uma vez que vão surgir diversas construções nas imediações, relativas ao projeto do “Grupo Pestana”, nos dois lotes que estão próximos. Também no lote que está acima do lote duzentos e vinte, vai, igualmente, nascer um novo empreendimento, pelo que é fundamental concluir aquelas infraestruturas. Durante este período de interregno da obra, tivemos a oportunidade de analisar também questões relativas às acessibilidades. Existem algumas preocupações relativamente circulação automóvel no interior da aldeia, que como sabem, devido àquilo que foi a evolução de Porto Covo ao longo dos anos, se foi agravando. Neste momento falta a componente de iluminação, sendo necessário fazer a limpeza do terreno para que seja possível concluir parte dos arranjos exteriores. Para concluir diria que esta obra é uma prioridade, agora temos que ter a noção também que toda aquela envolvente vai ter alguns problemas inerentes ao conjunto de obras que vão acontecer em simultâneo, mas vamos arranjar estratégias com a Junta de Freguesia, de forma a minorar os impactos, para isso, temos que concluir a obra do lote duzentos e vinte. -----
Quanto à questão da pavimentação. Já temos o projeto concluído, apenas temos que atualizar as peças do concurso que lançámos há já algum tempo para Sines e Porto Covo. Existiam dois lotes,



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

um para Sines, outro para Porto Covo, o de Porto Covo ficou deserto, pelo que vamos ter que fazer um concurso à parte. Existem atualmente outras necessidades que teriam sido desadequadas naquela altura, uma vez que tínhamos muitas ruas que bastavam ter uma camada de “slurry”. Com o passar do tempo e com deterioração dos pisos, vamos ter que meter camada de desgaste nalguns arruamentos que inicialmente não seria necessário. Esta questão está a ser analisada também para a empreitada que está a decorrer em Sines, tivemos também que alterar a meio da obra algumas destas soluções. Vamos articular com a Junta de Freguesia de Porto Covo, obviamente, mas não vejo que existam condições para antes do verão esse trabalho ser feito, será mais acautelado fazer a seguir ao verão, de forma a que no próximo ano as coisas possam estar resolvidas. -----

Quanto ao senhor **Carlos Rasteiro**. Relativamente às questões que colocou, sobre o estacionamento que naturalmente temos acompanhado, embora exista alguma necessidade, a situação não é ainda preocupante, mas estamos a ver alternativas, de forma a criar mais estacionamento. -----

Quanto aos ecopontos, presumo que sejam os ecopontos geridos pela Ambilital. A recolha não é feita pela Câmara, é feita por uma empresa intermunicipal que tem tido alguns problemas. Diria no último ano, ano e meio, temos tentado que a empresa dê resposta, até porque existe um grande stock de ecopontos nas instalações da Ambilital. Os municípios estiveram reunidos para tentar encontrar soluções, mas não têm conseguido uma resposta satisfatória, mas vão ter que a encontrar. O que está a acontecer em Sines, que acontece por vezes também em Porto Covo, especialmente no verão e que está a acontecer por todos os outros concelhos, é uma situação com a qual não contávamos, sempre acreditamos que a empresa teria condições para dar uma resposta adequada. Vamos tentar que a empresa encontre soluções e iremos, mais uma vez, comunicar os problemas que existem, de forma a que as coisas fiquem resolvidas o mais rapidamente possível.” -----

O munícipe **António Gamito**, diz que “já falou com o senhor Presidente da Câmara duas vezes sobre o arruamento da sua loja, na parte traseira, e gostaria de saber alguma coisa nesse sentido. - Outra coisa, eu falei aqui há tempo para o IAPMEI sobre alguns apoios para as pequenas e médias empresas, tanto se fala no PRR, e eles disseram-me que eu poderia ter, naquele momento não tinham nada, mas para eu falar alguma coisa com a Câmara se havia alguma coisa de apoios para as pequenas e médias empresas”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, em resposta ao munícipe **António Gamito**, explica que o problema que existe, aliás, que sempre existiu, devido à ausência



Ami
Cen

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

de lajetas, dentro do lote, é uma situação complexa, uma vez que existe alguma confusão relativamente à propriedade dos terrenos. Já foi solicitado um levantamento da identificar os proprietários dos lotes naquela zona, para que seja possível fazer uma intervenção naquele arruamento. No entanto, terão que ser tomadas algumas medidas mais radicais, uma vez que poderá ser necessário retirar algumas árvores que se encontram nos passeios, tendo em conta que é impossível passar com uma cadeira de rodas ou com um carrinho de bebé, é uma situação que infelizmente perdura há demasiado tempo. Resumindo, estamos a analisar as várias situações por forma a que seja possível fazer uma intervenção naquela zona e, naturalmente, também junto à sua loja.

Quanto à questão dos apoios do IAPMEI. A Câmara apoiou as pequenas empresas durante o período do Covid, num momento particularmente difícil quando existiram dificuldades por parte dos empresários, mas também quando juridicamente existiu alguma sustentabilidade para que esses apoios pudessem ser dados às empresas do concelho. Neste momento terá que ser o governo, ou as entidades sob a sua responsabilidade a atribuírem esses apoios, de forma a ajudar o pequeno comércio”.

B - Período Antes da ordem do dia

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos deputados municipais se há alguma questão que queiram ver abordada neste ponto. Depois dá a palavra aos mesmos.

O deputado **António Roberto** diz que “nós temos aqui duas moções, as quais enviámos três dias antes, mas não foram aceites. Assim, e tal como já tem acontecido em assembleias anteriores, em que as moções foram apresentadas na hora e foram integradas na ordem de trabalhos. Assim sendo, trazemos aqui as duas moções na perspetiva de serem integradas na ordem de trabalhos, sendo uma sobre o 25 de Abril e a outra sobre o Primeiro de Maio”.

O deputado **Rui Encarnação** diz que “em nome da bancada do Partido Socialista, gostaria de saber em que ponto é que se encontra o estado de execução da estratégia de habitação”.

O deputado **Ricardo Brito** diz que “a minha pergunta vem no sentido da obrigatoriedade dos municípios e das CIM aplicarem a recolha dos biorresíduos a 1 de janeiro de 2024 e, portanto, queria perceber em que ponto é que estamos no nosso concelho a esse nível, tendo em conta que também há metas da União Europeia em termos de reciclagem para cumprir e sabendo da dificuldade que tem sido a nível nacional de as cumprir; também saber se já se pode adiantar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

alguma coisa de que método é que será escolhido para fazer a tal recolha dos biorresíduos”. -----
O deputado **José Pedro Arsénio**, diz que “sobre a comissão de toponímia, em que os Presidentes de Junta têm assento, têm-me sido colocadas diversas questões ao nível dos números de polícia e ao nome das ruas, porque há diversas lacunas ao nível do perímetro urbano de Porto Covo e as pessoas ainda não recebem, em determinadas zonas, a sua correspondência ao nível de CTT. Esta pergunta é pertinente, é-me colocada diariamente na zona do Arneiro, na zona do artigo quarenta e sete, em determinadas ruas e na urbanização da “Praia Grande”. Queria saber em que ponto é que estamos, porque já vamos em quase dois anos de mandato e a comissão ainda não reuniu. ---
Depois, em termos de “Centro de Dia”, gostava de tecer um comentário muito positivo, que efetivamente estamos a finalizar aquilo que é a empreitada, mas queria mais dados em termos de data para finalizar e quando é que concretamente colocamos aquele equipamento muito importante ao serviço da população. -----

O deputado **Paulo Freitas**, pergunta “qual é que é a cronologia do investimento do PRR para a requalificação do Centro de Saúde e quais é que são as eventuais melhorias nessa importante infraestrutura. Foi prometido pelo ministro Pizarro na sua recente visita, queremos saber mais esclarecimentos sobre essa situação. -----

A outra pergunta que eu queria fazer já foi feita pela bancada do PS, era em que ponto é que se encontra a aplicação da estratégia local de habitação no que concerne ao cumprimento das metas e prazos, mas acima de tudo o que os Sineenses e Portocovenses querem saber é se o objetivo da mesma estratégia é para beneficiar a construção de imóveis de elevado valor, ou se é para promover a fixação do comum cidadão que não consegue atingir esses patamares elevados que têm decorrido”. -----

O deputado **Hélder Campos**, refere que a sua questão “é relativa aqui às moções, se poderiam ou não ser integradas na Ordem do Dia”. -----

O deputado **Gil Gonçalves**, diz que “queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara, agora depois da visita do Primeiro-Ministro e dos ministros que estiveram cá em Sines para ver os terrenos ali da Repsol onde vão ser construídas as novas fábricas, se o senhor Presidente da Câmara teve a oportunidade de perguntar, ou de falar e expor os problemas que Sines enfrenta, que vêm acompanhados também desse projeto e outros aqui em Sines, como a necessidade de melhoria de acessos, de habitação, de restauração, de espaço público e depois também lamentar o facto de que na Assembleia Intermunicipal, a Assembleia de Sines foi a única que ainda não constituiu um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

grupo de trabalho para a proposta que foi apresentada pelo nosso deputado Manuel Lança, para a questão dos acessos rodoviários e ferroviários, e saber como é que está essa situação”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, diz que vai “esclarecer a questão do deputado **António Roberto**. O Regimento da Assembleia Municipal estabelece que a ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo órgão, desde que sejam da competência deste e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões ordinárias. Ora as referidas moções só foram recebidas nos serviços da Assembleia Municipal no dia 19 de abril, data em que já tinha sido emitida a ordem de trabalhos para a Assembleia; assim sendo, não constam da ordem de trabalhos. Excecionalmente, se a CDU entender, posso colocar aqui à votação se a Assembleia admite as moções, para depois então passar à sua discussão e votação, e então nós depois podemos fazer essa análise. -----

Relativamente à questão da comissão que foi criada na Assembleia Intermunicipal, ela ainda não reuniu, falta ainda uma resposta de dois concelhos e até ao final de abril vamos tratar e responder à Presidente da Assembleia Intermunicipal quem são os elementos do concelho de Sines. Não foi ainda discutido, vou marcar uma reunião com o senhor deputado **Manuel Lança**, porque ele é membro da Assembleia Intermunicipal, e com os restantes deputados que integram a Assembleia Intermunicipal pelo concelho de Sines, e aí vamos tratar desse assunto”.

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Começava então pelo deputado **Rui Encarnação**, estratégia local de habitação. A estratégia local de habitação tem uma complexidade que todos nós reconhecemos e que não se restringe apenas ao município de Sines, mas é transversal a todo o país. Embora esse não fosse o tema principal da reunião que solicitei à senhora Ministra da Habitação, acabámos na parte final da mesma por abordar o tema. Estamos a desenvolver um trabalho já há algum tempo, nomeadamente na preparação do caderno de encargos para os projetos de construção de novas habitações, aliás temos na próxima semana uma reunião agendada, dia 2 de maio, para definir os termos finais do caderno de encargos, de forma a lançarmos o primeiro concurso. Ainda não sabemos se serão vinte e quatro ou quarenta e oito fogos, é um aspeto que está a ser analisado, mas que devido aos timings, obriga a que tenhamos de acelerar o processo nos próximos tempos. O próprio vereador Fernando tem tido um papel importante nesta fase, mas será ainda mais determinante na fase seguinte, depois da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

reunião de dia 2, onde será igualmente abordada a necessidade de reforçar a equipa da Câmara que acompanhará todo este trabalho. Esta é uma área que tem uma complexidade enorme e uma necessidade de técnicos de diferentes especialidades. Temos, igualmente, realizado reuniões com projetistas, no sentido de perceber quais as melhores soluções, inclusive temos reunido com empresas de construção modelar, para perceber até que ponto poderão existir soluções alternativas à construção tradicional. Existem municípios que estão já com a estratégia mais avançada, no caso de Loures, e que estão a construir cerca de cinquenta fogos com este tipo de construção modelar. O trabalho está a ser feito, inclusive o chefe de gabinete está a trabalhar diretamente com a chefe de divisão desta área, de forma a prepararem e acelerarem os processos, mas resultados só surgirão um pouco mais para a frente, mas estamos a trabalhar e a tempo para pôr em prática a estratégia que definimos. -----

Quanto ao deputado **Ricardo Brito**, biorresíduos. Já há algum tempo que temos um projeto para realizar uma recolha seletiva porta a porta, na zona histórica de Sines. Apresentámos uma candidatura há cerca de quatro, cinco anos e fomos excluídos. Agora finalmente existe a possibilidade de lançar uma nova candidatura. No entanto, fomos surpreendidos, os quatro presidentes do litoral, que uma verba que inicialmente estava disponível de cerca de duzentos e cinquenta mil para fazermos experiências piloto nesta matéria, portanto não estamos a falar em grande escala, mas numa recolha seletiva à pequena escala, e o valor neste momento que está em cima da mesa rondará os quarenta, sessenta mil euros para os cinco municípios, que é algo completamente absurdo. Portanto, estamos a analisar esta situação, de forma a percebermos como podemos encontrar financiamentos para responder àquilo que vão ser as exigências no futuro, relativamente à recolha seletiva, porque apesar da recolha seletiva ser uma prática muito interessante, no entanto, tem que ser garantido que quando os resíduos forem para a entidade que os vão recolher e tratar, esse processo esteja garantido. O vereador **José Arsénio** tem estado a acompanhar do lado da AMAGRA, mas existem algumas dúvidas que temos relativamente a esta matéria. Sempre existiram algumas dúvidas, aliás, houve uma discussão na própria AMAGRA com o acionista privado para percebermos qual a melhor solução, se seriam os municípios a fazerem essa recolha, ou se seria a própria empresa, a Ambilital, e foi decidido que seria a Ambilital. Portanto, independentemente do investimento que nós vamos fazer para a experiência piloto, será a Ambilital a assumir depois essa recolha. O trabalho está a ser feito, o nosso projeto tem viaturas elétricas para andarem na zona histórica, e naturalmente queremos, ainda este ano,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

que isso possa ser concretizado no nosso concelho. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo. A comissão de toponímia já esteve agendada, mas felizmente as convocatórias não foram enviadas, aliás a vereadora **Filipa Faria** está sempre a insistir comigo nesta matéria, e eu espero sinceramente que seja no próximo mês de maio e os presidentes de Junta terão assento nessas reuniões, uma vez que terão que ser ouvidos sobre os nomes a atribuir às ruas nas suas freguesias. -----

Quanto ao Centro de Dia, eu não consigo dizer o dia exato, mas aquilo que me transmitiram é que os trabalhos estão praticamente concluídos, a nossa perspetiva é que seria no final de março início de abril, não aconteceu, mas julgo que até ao final deste mês a obra tem que ser mesmo entregue, de forma a conseguirmos solicitar à e-redes ligação elétrica, para posterior montagem dos equipamentos. Serão necessários os testes finais para que o centro possa abrir já com os equipamentos em funcionamento que esperemos seja o mais rapidamente possível. Existem questões que ainda estamos a analisar, que têm a ver com a envolvente do próprio Centro de Dia, mas serão pequenos pormenores que não irão impedir a abertura do centro, que esperemos seja até final do verão. -----

O Senhor deputado **Paulo Freitas** referiu-se à questão do Centro de Saúde, mas nas conversas que eu tive com o Secretário de Estado não abordámos grandes investimentos no Centro de Saúde, apenas algumas adaptações teriam que ser feitas, eventualmente reforços de equipas, mas não falei com o Ministro a este respeito, portanto a visita foi do Secretário de Estado, sem grandes nuances relativamente a essa matéria. -----

Quanto à estratégia local de habitação, penso que já falei, estamos a falar numa estratégia que visa por um lado encontrar soluções para pessoas com maior dificuldade em termos de rendimentos, mas existe toda uma classe média que também não encontra casa em Sines e que devemos dar atenção. Falo de rendas acessíveis e não de habitação a custos controlados, mas eventualmente rendas que possam ser pagas por casais jovens ou menos jovens, de acordo com a portaria que define para cada concelho o valor da renda. É essa a questão que neste momento estamos a definir, qual a melhor solução relativamente à construção de habitação. Isso não invalida que não possamos colocar no mercado mais lotes para construção, aliás foi aprovado recentemente em reunião de Câmara a hasta pública para a venda de cento e quatro fogos, na zona do PP Sul Nascente, julgo que até final do mês de maio a hasta pública estará em condições de ir para a rua, uma vez que queremos dar resposta também às necessidades que existem no mercado, não será uma resposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

imediate, mas será um complemento ao restante trabalho que está a ser realizado. O importante é existirem diferentes alternativas, inclusive estamos a reunir com diferentes promotores também na área da construção modular, por forma a darmos uma resposta célere às necessidades que temos no nosso concelho. -----

Quanto ao deputado **Gil Gonçalves**, referiu-se à questão da visita dos membros do governo. Bom, foi naturalmente importante, não consegui estar com todos, mas tive a oportunidade de falar com alguns deles, as questões que mencionou penso que foi acessibilidades, habitação, espaço público, genericamente. Relativamente às acessibilidades, na intervenção que fiz na Repsol tive a oportunidade de me dirigir não ao Sr. Primeiro-Ministro, mas ao Sr. Ministro das Infraestruturas, e dizer-lhe que era absolutamente essencial que o concurso fosse lançado o mais rapidamente possível para a primeira fase da A26. O que ele me transmitiu foi que até final de abril teria condições para lançamento do concurso público; estamos a falar da ligação entre as Relvas Verdes e a zona do Roncão. A segunda fase, como o projeto foi alterado irá demorar mais algum tempo. Agora existe uma questão que é absolutamente essencial, o financiamento da obra. Estamos a falar de fundos provenientes do PRR, cuja dotação rondará os sessenta ou setenta milhões de euros, para a construção da totalidade da ligação Relvas Verdes até Grândola, no entanto, neste momento, o orçamento total é de cerca de cento e quarenta milhões de euros. Quer isto dizer que para além das verbas do PRR, o governo vai ter que encontrar outro financiamento, eventualmente no orçamento de estado, por forma a conseguir concluir a totalidade do troço de ligação a Grândola Norte. -----

A questão da habitação. Como eu já referi, tive a oportunidade de reunir com a senhora Ministra e também com o meu colega de Santiago do Cacém, uma vez que estamos a tentar encontrar soluções que possam ser soluções conjuntas, porque o problema que temos em Sines é idêntico ao de Santiago do Cacém. Nessa reunião o objetivo primeiro foi encontrar soluções que pudessem dar resposta à falta de habitação provisória para as pessoas que vêm trabalhar para os nossos concelhos, estão a encontrar. A senhora Ministra mostrou recetividade relativamente a algumas propostas que nós fizemos e estamos a trabalhar nessa solução. -----

Relativamente à estratégia local de habitação, há aqui um conjunto de soluções que podem ser encontradas que não vão resolver os problemas da habitação em Sines, isso seguramente que não, por muitas estratégias locais de habitação que existissem, mas pode dar uma boa resposta para uma parte da população que tem tido dificuldade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Relativamente aos espaços públicos, não tive a oportunidade de falar com o Ministro durante a visita, mas na segunda-feira passada pedi uma reunião ao senhor Ministro da Economia, para falar sobre alguns assuntos que nos preocupam, nomeadamente a questão da construção das eólicas offshore, uma questão que não é pacífica, manifestei-lhe a minha preocupação relativamente ao setor da pesca e as consequências para os pescadores que daí poderiam advir, até porque tinha reunido recentemente com a associação de armadores. Transmiti, igualmente, a nossa total oposição à criação de um parque eólico offshore a cerca de duas/três milhas da praia da Costa do Norte e não admitíamos que isso pudesse acontecer. -----

Quanto às duas grandes áreas. Estamos a falar de áreas de grande dimensão, que podem pôr em causa o futuro da pesca naqueles locais, ao contrário do que alguns podem fazer crer. É verdade que aqueles locais podem abrigar muitas espécies e muitos juvenis, mas se os pescadores não podem ir para lá pescar, não serve de nada. Manifestei diversas preocupações, não apenas com a pesca, embora esse fosse o motivo principal, mas porque estes parques podem impossibilitar a vinda de novos projetos de cabos submarinos, uma vez que são incompatíveis com os cabos elétricos que estarão ligados às eólicas no mar. Tem que existir um canal de proteção que não permita qualquer interferência com os cabos submarinos, e desta forma não por em causa diversos investimentos que irão trazer grande valor para a região. Com estes cabos submarinos de dados poderão vir, igualmente, um ou dois "Data Center". Estas foram algumas das preocupações manifestadas ao Sr. Ministro da economia.

Respondendo concretamente à sua pergunta, a questão do espaço público. O Ministro foi sensível a esta questão, como sabem foram transferidos uma série de terrenos, a maior parte deles do ICNF para a gestão do IAPMEI. O que eu transmiti ao senhor Ministro foi a nossa necessidade de que alguns desses terrenos passem para o município. Ele mostrou abertura, aliás, ele disse que já tinha contactado o Presidente do IAPMEI para discutirmos essa questão, existem terrenos que são um absurdo que estejam na gestão do Estado, dou-vos um exemplo, quando foi construído o pavilhão multiusos, a cidade desportiva não foi construída, ou não foi programada, porque existiam dois terrenos que pertenciam ao Estado português e a Câmara nunca pôde fazer qualquer outra intervenção naquela zona. Nós estamos a identificar as bolsas onde isso acontece de forma a que parte desses terrenos possam passar para a posse do município e desenvolver projetos e equipamentos que possam ser importantes para a cidade. Há no entanto todo um trabalho que tem estado a ser desenvolvido, não apenas ao nível do espaço público, a nível dos equipamentos



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

também, de forma a dar resposta àquilo que são as necessidades da população, quer a nível dos transportes, quer a nível de equipamentos de educação e eventualmente culturais. Portanto, tudo isso está a ser ponderado e está a ser analisado de forma a que exista um planeamento para o futuro do concelho também nessas áreas”. -----

O deputado **Gil Gonçalves** diz “gostei muito de ouvir aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, exceto em relação à questão da habitação, porque quando fala de uma solução conjunta entre municípios, aquilo que me vem à cabeça é o que acontece atualmente com Santo André, as pessoas trabalham em Sines, essas pessoas que vêm aqui para o Alba e para o “*Data Center*” e para esses projetos todos, para essas empresas, vão morar noutros concelhos. É isso no fundo não é? Portanto, Sines não tem capacidade de dar habitação a estas pessoas, nem oferta cultural, nem oferta desportiva e muitas outras coisas, nem condições de espaço público e muito menos de acesso, e essas pessoas o que vão fazer é, ao fim-de-semana, vão agarrar no carro e vão para Lisboa para terem isso tudo que não têm cá, e é uma pena”. -----

O deputado **Paulo Freitas** explica que para esclarecer a situação do que perguntou há um bocado, do Centro de Saúde, vai ler o que o senhor Ministro da Saúde disse: “Manuel Pizarro disse que os cinco centros de saúde e as cerca de trinta extensões do litoral alentejano vão ser requalificados graças ao financiamento do plano de recuperação e resiliência. Lembrando que o litoral alentejano formado pelos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Sines, Santiago do Cacém e Odemira é uma zona muito vasta em termos geográficos, habitada por mais de cem mil pessoas, Manuel Pizarro reconheceu que persistem problemas graves de acesso dos cuidados de saúde». É esta a questão que eu estava a fazer, não era em relação ao polo, era mesmo em relação ao Centro de Saúde. Outra coisa que eu quero saber é qual é a posição do executivo relativamente à linha Grândola – Sines, que foi mencionada há um bocado”. -----

O deputado **João Cruz** diz “queria deixar uma nota de lamento à forma como uma vez mais, mais um ano, a época balnear está a ser gerida no concelho. Há notícia de que temos mais um concurso que ficou deserto, ou que até à data estará deserto. É de lamentar, porque no decorrer e tendo em conta o histórico do que era a gestão da época balnear no nosso município, a esta data eu devia estar aqui a fazer uma intervenção acerca do que seria a possibilidade de estendermos aos fins-de-semana de abril e de maio, que é isso que acontece noutros municípios desenvolvidos. Infelizmente não é o caso e tenho que uma vez mais lamentar o facto da forma como está a ser gerido. Portanto, não tenho nada contra, a bancada do MAISines não tem nada contra e respeitamos a forma dentro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

do enquadramento legal do concurso público, mas penso que é de caras que não funciona, não é funcional, tem falhado todos os anos desde que o município decidiu adotar esta medida, inclusive o ano passado, nós sabemos, isto é assim que tem acontecido, são factos, inclusive o ano passado a época balnear arrancou na praia da Costa do Norte com um único nadador -salvador, que não é da terra. Nós sabemos que no concelho não temos pessoas suficientes para dar resposta às praias e à necessidade do concelho, têm que vir pessoas de fora, temos que alocar essas pessoas, há que fazer um sem número de coisas, o município não está minimamente preocupado com isto, desde 2016 ou 2017 que é avisado por várias entidades de que de ano para ano há uma diminuição de cursos a nível nacional. Ora, se há uma diminuição de cursos a nível nacional, há uma diminuição da oferta de quem faz a prestação deste serviço, continuamos parece que alienados desta realidade, ou não sei o que acontece, o passo que eu falava eu presenciei pessoalmente, portanto, o ano passado eu estive na praia da Costa do Norte com um nadador-salvador que estava ao serviço da entidade que recebeu, que ficou, que ganhou o concurso e que nem tinha uma única boia, não tinha meios de salvamento, não tinha nada, não há posto de praia, não havia nada àquele momento. Levámos uns dias até a situação ser corrigida e a verdade é que sabemos que desde que adotámos esta forma de gestão da época balnear não há um arranque da época balnear normal. Este ano sabemos que demos um passo, que em vez dos três meses, pela primeira vez vamos ter quatro meses, ou supostamente é esse o concurso, quatro meses da época balnear. No entanto, eu acho que há aqui uma falha de cálculo, porque lançar o concurso público em 2022 com oitenta e sete mil euros para três meses e em 2023 lançar cem mil euros para quatro meses, temos aqui um défice de cálculo de dezasseis mil euros. Portanto, não sei como é que vamos conseguir colmatar isso e quem é que vai conseguir responder a este concurso público. Não sei qual é a forma, é isso que eu quero saber, que gostava de saber qual é a forma ou a estratégia que está a desenvolver para responder a isto. Vejo e lamento que haja uma falha de comunicação entre a autarquia e, nomeadamente, o comandante do porto, porque sei de fonte segura que um grupo de empresários que têm a responsabilidade da concessão de praias procuraram o comandante do porto para resolver problemas que lhes são comuns, o mesmo enviou um e-mail dentro do prazo que ele precisava de resolver, enviou um e-mail para a autarquia a solicitar apoio, nomeadamente da vereadora **Filipa Faria**, penso que foi ao seu cuidado que foi enviado, levou quinze dias para responder, e o senhor comandante do porto teve que tomar a decisão sem o seu parecer, ou sem o parecer da autarquia. Para finalizar, lamento que tenhamos no município de Sines uma associação



Alm...
G...
A...

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

de nadadores-salvadores, que é reconhecida a nível nacional e internacionalmente, que há vinte e oito anos, vai fazer este ano, tem zero mortes nas praias que vigia, no concelho de Santiago, no concelho de Sines e no concelho de Odemira, serve para todos, faz serviço de Norte a Sul do país durante o ano, e não serve para o próprio município, sendo que ao abrigo da proteção de vidas humanas, que é isso que estamos a falar, da salvaguarda de vidas humanas e proteção, há mais do que mil e uma ferramentas legais que poderiam levar este município a fazer um acordo, a fazer um protocolo com esta associação, ou com qualquer outra associação. O próprio concurso, deixo-lhe aqui o conselho, deixo-lhe aqui a sugestão se me permite, que na próxima época balnear, que vamos cá estar todos, se entretanto ninguém for apanhado num agueiro, na próxima época balnear devia ser lançado em janeiro esse concurso, para que as próprias associações ou quem quer responder, tenha margem para procurar os nadadores-salvadores, para procurar as zonas logísticas, todo o apoio logístico que é necessário para abrigar esses nadadores-salvadores”. -----

O deputado **Miguel Pacheco**, diz “nós queremos saber em que ponto é que está o parecer jurídico relativamente ao subsídio de salubridade e penosidade e de risco também dos jardineiros e dos eletricitas. De facto, é um exagero já o tempo que as pessoas esperam, isto é tudo um ciclo e vai tudo sempre ao mesmo lado. Depois, em relação à questão dos nadadores-salvadores, nós queremos saber em que ponto é que está, se vai haver nadadores, quem é que se vai responsabilizar pelas mortes que possam ocorrer em São Torpes e no Porto Covo e na Costa do Norte também, porque de facto a questão na Costa do Norte é que as pessoas não vão para dentro de água, porque se fossem morria muito mais gente, porque não está lá ninguém”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados: -----

Deputado **Gil Gonçalves**, eu penso que não me expliquei bem em relação à questão da reunião conjunta. A reunião referia-se a uma resposta que é necessária dar aos trabalhadores que vêm temporariamente trabalhar para a nossa região, pelo que fomos junto da senhora Ministra da Habitação, sensibilizá-la, por forma a encontrarmos respostas e mecanismos legais, por forma a não acontecer o mesmo que aconteceu no concelho de Odemira. Portanto, esse foi o objetivo. Naturalmente que aproveitando o facto de estarmos numa reunião com a senhora Ministra, tratámos de outros assuntos que são idênticos, quer ao concelho de Santiago do Cacém, quer ao concelho de Sines, porque esta é uma matéria que importante para a região e não deve ser vista como uma disputa entre os dois concelhos. Aqui não há disputa, há interesses que têm que ser



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

geridos em conjunto, é completamente impensável criar um polo industrial com tantas unidades e com tantos projetos como aqueles que estão a acontecer agora em Sines, se não tivéssemos outros municípios, no caso de Santiago do Cacém, com a construção de centrais solares que irão dar resposta a essas unidades em Sines. Portanto, isso é um exemplo da colaboração que tem existido entre os dois concelhos e que espero que se mantenha por muitos e muitos anos. -----

Quanto à questão que colocou relativamente à questão cultural, desportiva, bom, eu julgo que se não tivesse ouvido não acreditava. Se há município que tem dinâmica cultural, desportiva na nossa região, é de facto o concelho de Sines. Não é por acaso que conseguimos atrair durante os nossos eventos um conjunto enorme de habitantes da região, dos outros concelhos, Santiago do Cacém, de Grândola, de Alcácer, de Odemira, porque temos tido a preocupação de ter uma oferta muito grande e muito diversificada no nosso concelho. -----

Quanto ao senhor deputado **Paulo Freitas**, do que eu percebi, daquilo que leu, o senhor Ministro referia-se ao polo de saúde de Porto Covo. Aliás, ele diz os vários centros de saúde, os cinco e os polos, portanto no caso de Sines é o polo de saúde de Porto Covo que está em questão. Quanto à linha Sines – Grândola, de mercadorias, nós temos tido ao longo dos anos, eu penso que ainda no tempo do Dr. Manuel Coelho como Presidente, que isso também já acontecia, aliás, ele foi um dos grandes defensores, e nós sempre temos defendido esta ligação Sines – Grândola, uma ligação direta, de forma a dar uma resposta mais adequada ao transporte de mercadorias. No entanto, há já algum tempo que eu venho a defender que não pode ser só mercadorias, tem que ser também de passageiros, e daí termos discutido já esta matéria no âmbito das reuniões da CIM, esse assunto é delicado, mas do meu ponto de vista é absolutamente estratégico para a região, não apenas para Sines, como sobretudo para Santo André, para quem utiliza o hospital do Litoral Alentejano e também para Alcácer e Grândola. Esta é uma matéria que toda a região deve empenhar-se para que ligação Sines-Grândola seja uma realidade e que contribua para melhorar a ligação do transporte de mercadorias, mas sobretudo melhorar a ligação do transporte de passageiros, porque é impossível continuar a querer ter uma ligação de passageiros, Sines, Ermidas, linha do Sul depois para Lisboa, se o tempo que demoramos de comboio é praticamente o mesmo que demoramos de carro. Portanto, temos que ter aqui alternativas que sejam credíveis e que o transporte ferroviário seja mais rápido que o transporte rodoviário. -----

Senhor deputado João Cruz, bom, eu fiquei um pouco confuso com a sua intervenção. Na primeira parte percebi que estava um pouco chateado com o facto do município de Sines constantemente se



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

atrasar no lançamento do concurso, mas curiosamente este ano o concurso foi lançado em março muito a tempo da época balnear. Este concurso pela primeira vez, prevê que a partir de 15 de maio pudessem estar nadadores-salvadores nas nossas praias, ou seja, dando condições a qualquer associação de nadadores-salvadores para poder concorrer com grande antecedência e desta forma poder ganhar o concurso. Para nossa surpresa ninguém concorreu, e para nossa surpresa obviamente, porque lançando um concurso em março com uma antecedência enorme, para dar capacidade às associações de trabalharem e de conseguirem encontrar os meios necessários. Portanto, foi para nós uma grande surpresa que isso não tivesse acontecido, mas devo-lhe dizer que eu percebo que possa existir da sua parte algum desconhecimento relativamente à forma como se deve adjudicar uma prestação de serviços, nós estamos em crer que aquilo que estamos a fazer é a forma mais correta, legalmente mais correta, mas naturalmente o senhor há-de ter outros conhecimentos que certamente os juristas da Câmara não têm. Aquilo que está a acontecer e que acontece um pouco por todo o país, e foi isso que nos foi transmitido pelo Instituto de Socorros a Náufragos, quando reunimos. -----

Quanto ao concurso, julgo que o mês de março é perfeitamente suficiente para dar resposta a esta necessidade que todos os municípios têm. -----

Quanto ao senhor deputado **Miguel Pacheco**, relativamente à questão jurídica, o vereador **Fernando Ramos** irá responder-lhe. Quanto aos nadadores-salvadores, é uma preocupação que nós temos, como sabe temos conseguido, com alguma dificuldade nos últimos anos, mas estamos em crer que haverá aqui alternativas para darmos uma resposta célere às necessidades que temos para as praias. Quanto à Costa do Norte, obviamente que não vou comentar, até porque como sabe, há anos e anos atrás não existiam nadadores-salvadores na Costa do Norte. Passou a haver, porque nós decidimos, apesar de não ser uma praia de uso balnear, como sabe”. -----

O vereador **Fernando Ramos** responde às questões colocadas pelo deputado **Miguel Pacheco**: “Em junho de 2022 nós recebemos esses abaixo-assinados e solicitámos logo a emissão de um parecer pelo Serviço de Saúde, Segurança e Higiene no trabalho, que emitiu esse parecer mesmo no período de férias, foram relativamente céleres e em outubro eu tinha esse parecer. Uma vez que esse parecer não ia de encontro àquilo que era a pretensão dos trabalhadores, e eu, para continuar a esgotar todas as possibilidades, solicitei ao gabinete jurídico, através da senhora vereadora **Filipa Faria**, a emissão de um parecer jurídico sobre o assunto, isto em outubro. Em dezembro de 2022, recebi esse mesmo parecer jurídico. Ao tomar conhecimento que o parecer jurídico acompanhava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

aquilo que já tinha sido transmitido pela saúde, higiene e segurança no trabalho, falei com os meus colegas de executivo e decidimos solicitar um novo parecer à CCDR, em janeiro. Este parecer chegou em março, neste momento estamos a analisá-lo e na próxima reunião de coordenação será apreciado e será tomada uma decisão e notificados os trabalhadores. -----

O deputado **Paulo Freitas** diz “senhor Presidente se tivermos ferrovia de passageiros no seu mandato, vai ser um milagre do atual governo. Mas falou na questão da rodoviária, então vamos falar da paragem da estação de rodoviária, acho que ainda não houve nenhuma intervenção, é uma queixa que os munícipes têm, acho que era uma questão que devia resolver antes de terminar o seu mandato, acho que sim”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, em resposta ao deputado **Paulo Freitas**, diz: “referiu-se à questão do meu mandato e do meu governo e vou-lhe responder que espero que o meu governo, ou o nosso governo, consiga fazer o contrário do que o seu fez quando acabou com a construção da A26 e suspendeu todas as obras que eram absolutamente essenciais para o concelho de Sines e para a nossa região. Era só isso”. -----

A deputada **Soraia Pereira** refere que “queria só colocar uma questão, aproveitar a presença do senhor Vice-Presidente, relativamente à reparação dos equipamentos nas escolas, para saber o ponto da situação, se já houve alguma evolução nesse sentido”. -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines **Fernando Ramos**, responde às questões colocadas pela senhora deputada. “Bom, relativamente a essas matérias, há evolução todos os dias e há degradação todos os dias. As escolas são um ambiente vivo, onde todos os dias estão imensos alunos e alunas a utilizar aqueles espaços. Ainda ontem tive uma reunião na escola número um, onde foram solucionados um conjunto imenso de situações que estavam por resolver, mas ainda hoje de manhã recebi logo mais um mail ou dois de outros que também é preciso resolver, porque há todos os dias nas escolas e até nos equipamentos desportivos situações por resolver. -----

Fazendo este preâmbulo, é como lhe digo, há sempre situações para resolver, há tantas situações para resolver que inclusive nós há pouco tempo aprovámos aqui o Conselho Municipal de Educação, a nova carta educativa que identifica e elenca uma série de situações por resolver e há outras que para além dessas reparações precisam de ser melhoradas, como por exemplo na escola número um, que é uma escola que tem algumas dificuldades de raiz em termos de espaço exterior, como na escola Vasco da Gama, que é necessário ser construído o campo de jogos, como por exemplo na escola da Quinta dos Passarinhos que foi toda requalificada, mas há sempre coisas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

para fazer, ou seja, vai sempre haver coisas para fazer em cada escola”. -----

A deputada **Soraia Pereira** pergunta ao vereador **Fernando Ramos** se ele “acha que de raiz os meninos não devem ter direito a balde do lixo, a papel higiénico, a sabonete para as mãos e a uma cobertura onde não chova? Porque desde início foi isso que eles encontraram. Fomos presenteados na nossa festa de natal, os pais foram recebidos com uma nova cobertura, com um enorme buraco onde chovia e com enormes situações por resolver, e a casa-de-banho é gritante, os meninos deixam de ir à casa-de-banho porque não têm papel e não têm onde depositar o papel mesmo que o tragam de casa, ou mesmo que peçam à funcionária, mas são sempre sujeitos à vergonha de ter que dizer o que vão fazer, porque têm que dizer que quantidade de papel é que vão querer, no meio do corredor da escola, que é imenso. É indigno e os meninos merecem um pouco mais de dignidade. E isso não é uma intervenção por aí além e é baratíssimo, meia dúzia de caixotes do lixo resolvem o problema e papel higiénico acessível às crianças e à altura delas também, porque os depósitos que lá há são extremamente altos, enferrujados e que não têm papel e as torneiras muitas delas eles nem têm força para abrir, porque não estão em condições, fora outros assuntos interventivos a nível do passeio, que creio que já houve uma intervenção esta semana ou há relativamente poucos dias, mas acho que a situação das casas-de-banho é facilmente resolúvel e não estão a fazer por isso”. -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines, **Fernando Ramos**, responde às questões colocadas pela senhora deputada. “Não podemos esquecer uma coisa. A escola tem uma coordenação, há uma associação de pais com a qual nós nos relacionamos, como em todas as outras escolas. Relativamente à questão do papel, claro que não é a Câmara que vai dar nenhuma instrução sobre o uso ou não do papel, há regras próprias para as escolas e cada coordenador e a direção da escola usa em função de vários critérios. Agora relativamente à cobertura, há problemas ali naquela escola, como há noutras escolas, como há noutros equipamentos que estão identificados”. -----

O deputado **Paulo Freitas** diz ao senhor Presidente da Câmara: “fica-lhe mal quando não tem argumentos ir por esse ponto, mas é assim se nós formos ver os casos do seu atual governo, ficávamos aqui até às três ou quatro da manhã, porque são tantos casos que é uma vergonha nacional! Mas já que quer lembrar esses tempos, então vou-lhe dizer uma coisa. Quando tivemos o nosso debate em 2017, o primeiro que falou de habitação fui eu, não foi o senhor Presidente, nem sequer mencionou isso e pode lembrar isso não há problema nenhum, e em relação a tantos outros assuntos, mas lá está, quando não há argumentos passamos a dar esses factos, eu não tenho



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

nenhum governo atualmente, aliás tenho estado a trabalhar para pagar os impostos elevados deste governo que não é nada fácil, oiça o que eu lhe digo, utilize argumentos e não utilize esse tipo de truques que fica-lhe mal, Presidente, muito sinceramente fica-lhe mal”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, responde que “a minha intervenção não foi nenhuma insinuação, foi uma constatação. O senhor deputado **Paulo Freitas** na altura era Presidente de uma concelhia do CDS, que por sua vez pertencia a um governo, e quando me colocou a questão sobre a ferrovia e sobre a rodovia, eu disse-lhe que tinha sido esse governo que parou estas obras, foi só essa informação. É evidente que eu não insinuei. O que eu disse foi que nesse governo foram interrompidos os projetos da rodovia e da ferrovia”! -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, diz “que relativamente às duas propostas de moção apresentadas pela CDU, vamos verificar a sua admissibilidade ou não, de acordo com o número cinco, do artigo vigésimo segundo, do Regimento da Assembleia Municipal, que estabelece que “a discussão e votação de todas as propostas não constantes da ordem do dia, nas sessões ordinárias, dependem de deliberação tomada por pelo menos dois terços do número legal dos seus membros, que reconheçam a urgência de deliberação sobre o assunto. Portanto, vamos então votar se as proposta de moção apresentadas pela CDU, uma sobre o 25 de Abril e outra sobre o 1º. de Maio, são admitidas à discussão e votação da Assembleia. Quem vota a favor da admissão das propostas? Muito bem, foram votadas favoravelmente, por unanimidade, e estão admitidas. Eu peço ao deputado **António Roberto** para fazer a leitura da primeira proposta de moção”. -----

O deputado **António Roberto** lê a proposta de moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático” -----

“Com o 25 de Abril, resolveu-se a vida do país e por isso mesmo não há faceta ou pormenor que o resumam. A revolução foi no seu desabrochar imediato uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perdoaria se de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimissem todos os demais aspetos da vida, a marca que lhe garantiu e garante sustentação. -----

As operações programadas e depois executadas na madrugada pelos capitães de Abril, grupo de militares em que predominava a patente de capitão e que desarmaram o regime agressor ou opressor, associou-se à manhã das ruas e praças de gente, pessoas que ali então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do país, e gritando exprimiram livremente o que pensavam, liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos, com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura com o total delas. -----

Assim, comemorar Abril, exige afirmar o que a revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações da sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. -----

Celebrar Abril, é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é de destacar a luta antifascista pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril, é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões, falsificações históricas, denunciar os que invocam para o amputar do seu sentir mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano, que décadas de política de direita têm contrariado. Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução não uma evolução ou transição entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava. Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma embrenhada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e outros democratas de uma intensa luta de massas da classe operária da juventude e do povo”». -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, esclarece que “feita a leitura da moção, vamos passar à sua discussão, pelo que pergunto aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

O deputado **Hélder Campos** lê a proposta de moção. “Apoio às lutas dos trabalhadores.” -----

«”A Assembleia Municipal de Sines saúda os trabalhadores, os seus sindicatos de classe e sua luta, por melhores salários, mais direitos e condições de trabalho. -----

Os trabalhadores de várias empresas ou setores, nos últimos meses, têm lutado pelo aumento dos seus salários contra o aumento do custo de vida e pelos seus direitos, com momentos altos como:

- A 9 de fevereiro, Dia Nacional da Indignação, protesto e luta, na manifestação em Sines; -----
- A 17 de março, na greve nacional da frente comum; -----



Almas
Ge

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

- A 18 de março, a poderosa manifestação nacional da CGTP-IN em Lisboa, pela emergência do aumento geral dos salários, reformas e pensões; -----

- A 28 de março, manifestação nacional da juventude trabalhadora, uma luta com resultados positivos com os trabalhadores que importa prosseguir a partir dos locais de trabalho e setores que nas comemorações populares do 25 de Abril e em particular manifestação do Primeiro de Maio em Sines serão dois momentos altos desta luta, com os quais estamos solidários. -----

A Assembleia Municipal de Sines está também solidária com a luta marcada pelos sindicatos e movimentos dos utentes para 20 de maio, para uma ação nacional de defesa do serviço nacional de saúde. Estes exemplos são reveladores da unidade, resistência e luta dos trabalhadores e das suas organizações representativas, mas também da sua confiança e determinação, que é a luta organizada, que faz a roda da história avançar com isto, melhorar os seus salários e direitos, as suas condições de trabalho e de vida. -----

A Assembleia Municipal de Sines reunida no dia 21 de abril de 2023 delibera solidarizar-se com a justa luta dos trabalhadores pelo aumento dos salários e reposição do seu poder de compra e valorização do trabalho e dos trabalhadores, e enviar a presente moção às organizações representativas de trabalhadores do concelho de Sines, comissões sindicais e comissões de trabalhadores”»». -----

O deputado **Ricardo Brito** diz “quero antes de mais saudar a proposta da CDU, com a qual me identifico na maior parte do texto. Mas queria apenas perguntar à CDU se haveria a disponibilidade para, ou incluir também os eventos associados aos sindicatos da UGT, tendo em conta que seletivamente apenas colocaram iniciativas da CGTP, ou retirar a parte dos sindicatos, porque apesar de sermos solidários com essas iniciativas, ou incluimos todos os festejos, ou então não temos condições para aprovar a moção”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pede ao proponente da moção para dizer se “procede a alguma alteração ou se a mantém a proposta de moção como está”

O deputado **Hélder Campos** diz que sim, que prescinde dos sindicatos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos deputados do PCP-PEV se fazem essa correção? -----

O deputado **Hélder Campos** diz que “sim”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, explica que “então convinha fazer para já a redação, ou é só prescindir e depois entregam a proposta de moção



Idalino Sabido José
Armando Moreira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

corrigida?” O deputado **Hélder Campos** diz “que posteriormente entregarão a proposta de moção já corrigida.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou a proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade desta Assembleia, com esta questão de compromisso que foi assumida pela CDU. -

C - Assuntos da ordem do dia

Ponto 1: Apreciação e votação da ata da Assembleia Municipal Ordinária realizada em 13-12-2022. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta se há alguma questão a colocar em relação à ata. Uma vez que ninguém quis intervir, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos deputados municipais presentes na sessão a que respeita a ata. -----

Ponto 2: Apreciação e votação da ata da Assembleia Municipal Extraordinária realizada em 21-12-2022. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta se há alguma questão a colocar em relação à ata. Uma vez que ninguém quis intervir, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos deputados municipais presentes na sessão a que respeita a ata. -----

Ponto 3: Informação sobre a renúncia de mandato da senhora deputada municipal Liliana Sofia Fernandes Duarte. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, informou que “a senhora deputada pediu a renúncia ao mandato e foi de imediato substituída, ficando assim a questão tratada. Alguém tem alguma questão a colocar? Se não há, então vamos passar ao ponto quatro”.

Ponto 4: Apreciação e votação da proposta de moção apresentada pelo grupo municipal MAISines de homenagem póstuma a Carlos Lopes Paulo e Armindo Moreira – dois Sineenses de relevo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Idalino Sabido José**, sobre esta proposta de moção, pergunta “aos proponentes, neste caso ao MAISines, se aceitam que esta proposta seja aprovada como uma moção da Assembleia Municipal, para ser mais vinculativo e dignificar os dois cidadãos que aqui referimos”. O MAISines aceitou e o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

assunto. Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e aclamação. -----

Ponto 5: Apreciação e votação da proposta de recomendação à Câmara Municipal de Sines, apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, para efeitos de revisão dos recursos financeiros relativos aos funcionários e revisão dos recursos financeiros relativos ao exercício das competências. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, para dar alguma informação complementar e prestar esclarecimentos sobre a razão da proposta. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, **José Pedro Arsénio**, explica que “como é do conhecimento de todos, a questão das descentralizações, sejam elas da administração central para os municípios, sejam dos municípios para as freguesias, não é um processo unânime e de fácil entendimento. Contudo, a freguesia de Porto Covo sempre se pautou por uma gestão íntegra e, principalmente, por manter as competências descentralizadas por parte do município de Sines, desde que existe freguesia em Porto Covo. Contudo, aquilo que aqui proponho é uma atualização consoante aquilo que foi o aumento dos vencimentos, ou dos encargos com os recursos humanos, que se cifra no valor de cento e vinte e um mil, setecentos e oitenta e oito euros, portanto, de 2015 até 2023, com o mesmo número de funcionários. Portanto, se nós colocarmos aqui a questão de que os recursos que estão alocados à descentralização de competências foram apurados em 2014 para vigorar em 2015 e na altura se encontrou aqueles valores tendo em consideração o custo com os recursos humanos e com os consumíveis, é óbvio que é necessário e urgente uma avaliação conjunta, uma avaliação entre os órgãos e entenda-se órgãos de freguesia, Assembleia de Freguesia e Executivo e os órgãos do município, Assembleia Municipal e Executivo Municipal. E é por isso que aqui se traz, o Presidente da Câmara disse-o numa Assembleia Municipal, que esta é efetivamente uma questão política e é isso que aqui estamos a fazer. Efetivamente estamos a fazer política, temos que nos posicionar, nós freguesia temos que fazer valer aquilo que são os nossos interesses e efetivamente os recursos começam a ser insuficientes para dar boa prossecução do interesse público e da função pela qual mantemos o acordo de execução e o contrato interadministrativo. -----

Tive a oportunidade várias vezes de aqui manifestar que é um acordo de execução e um contrato interadministrativo com muitas falhas, que muitas das vezes nos coloca em posições muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

delicadas e é importante estarmos despertos para estas situações e acautelarmos a nossa situação, porque somos autarcas, mas ao mesmo tempo temos família e temos que pensar também na nossa família e na proteção da nossa família e não nos devemos colocar em causa naquilo que são as funções de autarcas e sabemos bem que neste momento não é fácil ser-se autarca em Portugal. Contudo, pedimos também a análise sobre aquilo que é a inflação, porque senhor Presidente, se nós ao nível dos consumíveis podemos poupar nos sacos de plástico e voltar a colocar o saco de plástico na papelreira, ao nível do combustível podemos fazer apenas uma recolha de monos ou de resíduos das zonas rurais, o que é facto, é que nos recursos humanos eu não posso chegar junto das pessoas e dizer trabalhem mais devagar e depois no final do mês recebem consoante aquilo que trabalharam, e aquilo que é os aumentos do ordenado mínimo e da valorização, e permitam-me que diga e bem, porque temos que valorizar os trabalhadores, é aquilo que enquanto entidade patronal que é a Junta de Freguesia, sempre nos pautámos pela valorização dos trabalhadores, pela defesa das condições de trabalho e isso ninguém, nenhum sindicato pode apontar o dedo à Junta de Freguesia de Porto Covo, porque somos exímios nisso e não é preciso chegar nenhum sindicato, porque nós antecipamo-nos naquilo que são as condições de trabalho dos funcionários da Junta de Freguesia. Contudo, é um facto que a freguesia de Porto Covo recebe muito dinheiro em comparação às outras freguesias, mas também é um facto que a freguesia de Porto Covo faz muito mais do que as outras freguesias e nunca teve funcionários pagos pela Câmara em exercício de funções na Junta de Freguesia, sempre os teve no quadro de pessoal da própria freguesia e tenho dois ex-presidentes de Junta no Executivo Municipal com conhecimento de causa, o **Jaime Cáceres** certamente saberá que em Santiago existe transferência de recursos humanos da Câmara para as Freguesias, mas de facto quem paga os ordenados a esses funcionários é a própria Câmara. Portanto, logo aí os recursos a transferir têm que ser muito menos e por isso é que o orçamento transferido para a freguesia do Porto Covo, envolve, como o senhor Presidente da Câmara diz e bem, mais de meio milhão de euros, mas permita-me senhor Presidente que lhe diga que em 2009, a freguesia de Porto Covo recebia seiscentos mil euros, em 2011 a freguesia recebia quinhentos e oitenta mil euros, e hoje a freguesia recebe quinhentos e setenta mil euros. Face a 2009, recebemos menos setenta mil, mas mais importante do que aqui atualizar valores, é olhar para aquilo que é o quadro legal e senhor Presidente, nós chegámos a este ponto, já tivemos várias oportunidades de discutir esta questão em sede de reuniões de executivos, houve ofícios enviados por parte da Junta de Freguesia em que a Câmara respondeu com perguntas, e aqui na Assembleia Municipal também



Dami

Q

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

tenho levantado essa questão, e eu digo-lhe muito honestamente e sempre temos tido uma boa relação institucional, e de facto a Junta de Freguesia nunca se recusou a ser avaliada, nunca, e era importante existir essa avaliação e principalmente no terreno, que era para vermos aquilo que é executado pela Junta de Freguesia e aquilo que não é executado pela Junta de Freguesia e aí temos uma boa avaliação, que é, sem recursos financeiros, sem recursos humanos, não há nenhuma Junta de Freguesia que consiga prestar um bom serviço. Isso é inevitável, e aquilo que está aqui em causa é: queremos prestar um bom serviço naquilo que são as competências descentralizadas do município para a freguesia, ou queremos ir anulando aquilo que há, o serviço prestado pela Junta e degradando aquilo que é a resposta concreta às pessoas, porque de facto nós temos duas freguesias no território, e a lei é expressa, que temos que dar as mesmas oportunidades às freguesias dentro do território do município, mas são duas freguesias totalmente diferentes. Uma está na sede de concelho e tem a Câmara a desenvolver as funções, e outra está totalmente sozinha e tem um desgaste muito maior, porque o primeiro contacto que a população tem com o poder autárquico é efetivamente a Junta de Freguesia, e muitas das vezes somos confrontados com aquilo que é competência da Junta de Freguesia e com aquilo que não é competência da Junta de Freguesia e nós não viramos a cara e nós não dizemos que a responsabilidade é da Câmara, sempre que temos condições de dar resposta nós damos e estamos sempre prontos a colaborar com a Câmara Municipal em tudo o que é necessário. Portanto, fica à vossa consideração, da Assembleia Municipal e espero muito honestamente que o Executivo Municipal debata esta situação, que tenham oportunidade de todos os vereadores e o Presidente de se manifestarem sobre esta matéria, porque isto é uma questão de política, e muito concretamente, dizer que estamos a percorrer este caminho, que é esgotar todas as oportunidades de existir entendimento entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal antes de entregarmos as competências, porque não as conseguimos realizar com as verbas transferidas”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz “obviamente compreendo a posição do Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, aliás, é uma situação que já vinha sendo transmitida há algum tempo, é a primeira vez que esta situação se coloca, aliás, eu penso que o ofício foi enviado em setembro ou outubro do ano passado, precisamente a dar essa informação e compreende-se, não vou dizer que não compreendo, porque com um valor que foi definido em 2014 faz todo o sentido fazer essa revisão, e mais ainda faz, porque a lei, o decreto-lei 57/2019 veio rever esta parte das competências, aliás, em vez de haver dois contratos, um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

interadministrativo e outro contrato, tem que haver só um, portanto isso tem que ser feito à partida. Agora, há aqui uma questão que é importante para nós. Quando dei indicação aos serviços financeiros para começarmos a trabalhar nessa matéria, até porque anteriormente nunca tínhamos discutido essa questão com os anteriores executivos da Junta, porque não houve necessidade disso, agora existe, pelo que tem que ser entregue um documento, o relatório de avaliação, para nós, nos órgãos próprios, na Câmara Municipal e depois na Assembleia Municipal, podermos fundamentar convenientemente essa questão do aumento. Aliás, isso foi transmitido ao senhor Presidente da Junta de Freguesia e neste momento é isso que está em cima da mesa, logo que tenhamos esse relatório, temos condições para fundamentar e passar à fase seguinte, que é, encontrar uma solução que naturalmente dê resposta a todos. Da nossa parte é pacífico, não há aqui qualquer problema a esse respeito, apenas temos que ter esta fundamentação para que os órgãos possam aprovar com essa justificação, naturalmente acho que também não deve ser nada de complicado. Basicamente é isso que tenho a dizer”. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, **José Pedro Arsénio**, diz “propunha ao senhor Presidente da Câmara que reuníssemos os dois executivos, o executivo da Câmara e o executivo da Junta, e que este assunto fosse abordado e que se identificasse os critérios da avaliação. Porque eu fazer uma avaliação, é uma autoavaliação, e deixe-me que lhe diga que os novos decretos-lei, o 57/2018 e o 50/2019 vêm dizer, vêm desmontar tudo aquilo que é as avaliações, porque deixa de haver estas figuras em termos de avaliações naquilo que são os autos de transferência de recursos e permita-me também que tanto do Estado para as câmaras não existe avaliação, como das câmaras para as Juntas de Freguesia também não deve existir essa avaliação, porque quem faz as avaliações são os eleitores nos atos eleitorais. Agora, eu percebo aquilo que me está a dizer e eu concordo plenamente, de se ir fazendo uma avaliação sobre se os recursos são ou não suficientes e não sobre a forma como é executada a competência, porque quando o município precisa de mais recursos para efetivar as competências que tem recebido, também vai junto da administração central e reivindica os recursos que ache adequados à prossecução da competência, e por isso acho muito interessante que se façam essas reuniões de preparação, porquê? Porque ao existir acordo, este acordo será incorporado no orçamento para 2024 e já não em 2023. Portanto, esta proposta é para se iniciar o processo de negociação com tempo, para se fazer uns documentos credíveis, que nos permitam uma governação com uma base nas tomadas de decisão e que salvguarde principalmente aquilo que é o normal funcionamento da Junta de Freguesia, como é óbvio”. -----



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O deputado **Paulo Freitas** diz que “este tipo de proposta vai ao encontro com o que o MAISines aborda desde o início do mandato, em que esteve espelhado o nosso compromisso eleitoral, que é a distribuição de mais competências do município às freguesias, do mesmo modo que o estado central efetua com o poder local. Concretizar transferências, e sobretudo com as respetivas verbas, é fulcral para o desenvolvimento da esfera autárquica e do serviço à população, e tendo em conta esta visão, o nosso posicionamento favorável”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, afirma que “queria dar só uma nota. Obviamente que concordo com aquilo que o senhor Presidente da Junta disse, o objetivo do relatório é um reporte da execução, não é uma avaliação, a avaliação faz-se, aliás é perfeitamente normal entre entidades, neste caso entre a Junta de Freguesia e a Câmara, é uma avaliação que é feita posteriormente. Com o relatório é mais fácil justificar essa atualização, porque de outra forma estamos completamente às escuras, era fácil chegar ao documento original e dizer, bom, vai ser uns pozinhos aqui, uma percentagem aqui e ali, mas não, com o reporte é muito mais fácil para nós, aliás, basta ver a execução, o relatório de contas da Junta de Freguesia para perceber as verbas mais significativas, despesas com pessoal, prestações de serviços, para perceber que tem que haver aqui uma descrição, de forma a ser mais fácil depois essa explicação e essa atualização dos valores. Sem qualquer problema da nossa parte”. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou a proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 6: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para estabelecimento de um acordo de geminação entre as cidades de Sines e Beihai. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar explicações sobre o ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, explica que “desde a pandemia que não temos tido a possibilidade de aprofundar muito estas relações. Este município de Beihai, é um município no Sul da China. Já veio duas vezes a Portugal e reuniu connosco. Tem um porto fantástico e sobretudo é uma área turística de enorme interesse, e eles demonstraram sempre interesse nas duas vezes que aqui vieram, primeiro o Vice-Presidente e depois com outros vereadores e também elementos do governo regional, mostraram interesse em assinar esta geminação. Passado a pandemia e depois de voltar a insistir achamos que estão reunidas as condições, penso que é sempre importante para nós, até porque em tempos durante uma visita à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

China tivemos oportunidade de falar com várias entidades e mais uma vez foi-nos referido isso, que havia um interesse em aprofundar as relações com o município de Sines por uma série de questões, que têm a ver também com o interesse económico, não vou dizer que não, nunca escondemos isso, aliás a semana passada recebi aqui na Câmara o senhor embaixador da República Popular da China, que mais uma vez demonstrou esse interesse, e naturalmente sendo a China uma grande potência, não vemos porque não aprofundar estas relações com esta cidade chinesa”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 7: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para estabelecimento de um acordo de geminação entre as cidades de Sines e Fortaleza. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para dar as explicações sobre o ponto em análise. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, refere que “basicamente a explicação é muito semelhante. Portanto, antes da pandemia tivemos oportunidade de aprofundar as relações entre o município de Sines e o estado do Ceará e do município de Fortaleza. Eles tiveram oportunidade também de se deslocar já recentemente a Sines, numa visita ao porto de Sines. Há interesse em desenvolver relações do ponto de vista económico entre os dois portos, de forma a ter aqui uma ligação muito próxima, e nós também vimos aqui uma abertura relativamente àquilo que é a ligação de cabo submarino que foi concretizada entre o município de Sines e Fortaleza. Fortaleza é uma cidade que nesta área dos dados está muito à frente de outras cidades brasileiras, eles estão empenhados em criar um núcleo de referência no Sul da América nestas áreas, têm umas dezenas de cabos submarinos, centros de dados e o nosso objetivo era conseguir aqui algumas sinergias nestas áreas e mostraram muito interesse em que pudéssemos acordar esta geminação e daí trazer também hoje aqui à Assembleia Municipal para votação esta proposta”. --

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 8: Apreciação e votação do executivo da Câmara Municipal de Sines, para desafetação



Admi
Gee

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 258,6933 metros quadrados, para integração no domínio privado municipal – operação de loteamento municipal da cidade desportiva, designadamente o lote P-09. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 9: Apreciação do Balanço Social do Município de Sines referente ao ano de 2022. ----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem fazer algum pedido de esclarecimento relativamente ao Balanço Social. ----

O deputado **Miguel Pacheco** diz que “em relação ao balanço social de 2022 nós sentimos que é importante realçar o facto de o ano passado em relação ao balanço social de 2021, a CDU tinha alertado para determinadas situações que se mantêm este ano e o que se mantêm é a desvalorização do trabalho e dos trabalhadores. Por exemplo, a questão de um plano de formação que ainda não existe para os trabalhadores e para as carreiras de todos os trabalhadores da Câmara. Vou dar um exemplo muito específico, por exemplo em relação aos acidentes, que foram treze este ano, salvo erro, foram menos que no ano 2021, ou seja, esses acidentes podem ser muito evitados, porque isso evita também o absentismo, ou seja, se houver um plano de formação em determinadas áreas para os trabalhadores, que é obrigatório por lei e que a Câmara não o dá, são trinta e cinco horas anuais, isto tem que ser retificado e tem que ser alterado, porque senão vai continuar no mesmo e a desvalorização dos trabalhadores faz com que seja visível a todos nós o estado em que Sines está. Por exemplo, em relação ao subsídio de penosidade, os trabalhadores merecem essa valorização para criar melhores condições para os munícipes. Em relação às prestações de serviços, que de facto aí existe um aumento do ano 2021 para 2022 e de facto o princípio da Assembleia ver precisamente o facto desse aumento que é, o lixo acumula-se, ou seja, a entrega de trabalhos a prestadores de serviços que podem ser feitos pela autarquia valorizando o trabalho e os trabalhadores, isso faz com que Sines esteja a ficar mais sujo, não tenha jardins, as empresas que vêm para cá fazem o trabalho delas e vão-se embora, não há valorização do trabalho e os trabalhadores cada vez estão mais descontentes, ou seja, senão houver um empenho do executivo em valorizar os trabalhadores e em criar condições para que eles ganhem mais, para que eles trabalhem melhor, para que sejam formados como a lei determina, eu acredito que isto é melhor



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

para todos nós, e enquanto isso não houver, é decisão do executivo, quer manter assim, nós encontramos Sines neste estado e os trabalhadores tristes e desvalorizados, como acontece hoje”. O deputado **Tiago Santos** diz que “deste balanço quero destacar primeiro o acréscimo de trabalhadores, ou seja, continuamos a notar que o executivo está a fazer um esforço para aumentar o número de trabalhadores na autarquia. Queria também realçar o facto de a Câmara ser cada vez mais uma Câmara mais inclusiva, com o aumento de pessoas portadoras de deficiência nos seus quadros e também a redução dos trabalhadores em prestações de serviços, uma redução para dois por cento, que é uma coisa praticamente inexistente, e é defender então o trabalho consistente dos trabalhadores. Basicamente é isso”. -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines, **Fernando Ramos**, diz que “relativamente aos trabalhadores tudo o que nós fizemos é pouco, face àquilo que é necessário. Todavia, o que foi aqui dito não é despiciente, nem da parte da bancada da CDU, nem da parte da bancada do PS. Efetivamente, a questão da formação é algo que deve ser melhorado, há um plano de formação, mas o que certamente o deputado **Miguel Pacheco** disse e eu compreendi, é que essa formação é muito insuficiente para aquilo que são as necessidades, e eu tenho que concordar, há uma dificuldade grande por vezes, porque há muitos trabalhadores a fazerem formação, mas de facto na área operacional tem havido pouca formação. Porquê? Tem havido muitas dificuldades, nem sequer estou aqui a desculpar-me com o período da pandemia, porque esses mesmos trabalhadores também realizam muitas outras atividades, não só aquelas aos quais estão destinados, com a realização de eventos culturais, desportivos, etc. porque temos de facto essa grande dinâmica, e depois eles também têm que obviamente cumprir as folgas, porque se trabalham em dias semanais também têm as suas folgas para gozar, têm as suas férias e torna-se muito difícil congregar e concentrar grupos para realizar essa formação. Mas isso estamos cá nós e de facto é uma fragilidade que nós temos de conseguir ultrapassar, é para isso que estamos cá e temos que mostrar que temos essa capacidade. -----

Relativamente à questão das prestações de serviços, dizer o seguinte. Primeiro, ainda agora na última reunião de Câmara houve abertura de mais procedimentos concursais nessa área que o deputado **Miguel Pacheco** falou, o problema é que não há mesmo trabalhadores para depois serem oponentes a esses procedimentos concursais, para fazer face às nossas necessidades, para os jardins, etc. e do espaço público, daí termos que recorrer muitas vezes às prestações de serviços, não é algo que nos alegre, infelizmente é uma necessidade, mais do que uma opção é uma



Ami G

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

necessidade. Em suma, todos os vossos contributos são válidos, assim como o próprio parecer do STAL, que eu considero que está muito bem elaborado, e até tive oportunidade de lhes dar os parabéns e, portanto, assim é mais fácil também nós podermos ultrapassar aqui as dificuldades identificadas, sendo certo que o que está bem devemos manter e devemos melhorar o que não está tão bem, e que foi aqui identificado”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, diz que “como não há mais nenhum pedido de intervenção, está feita a apreciação do balanço social”. -----

Ponto 10: Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2022, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar explicações sobre o ponto em análise. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz que “relativamente à prestação de contas do município, gostava de dar três ou quatro notas que me parecem importantes. Do ponto de vista do desenvolvimento económico e atratividade do concelho de Sines, relevar o facto de se encontrarem neste momento em fase de aprovação oito projetos de potencial interesse nacional, que decorrem na comissão permanente de apoio ao investidor. A maioria destes projetos são na área das novas energias, hidrogénio, mas também das tecnologias e das baterias. Isto tem acontecido também devido a uma boa articulação entre o município, a AICEP Global Parques e, naturalmente, a administração do porto de Sines, que tem sido fundamental para compatibilizar aquilo que é a procura das capacidades locais já instaladas por outros, porque promover é importante, mas sobretudo diversificar a atividade no concelho é absolutamente essencial. Aliás, vimos aquilo que aconteceu no passado com o encerramento da central a carvão e tudo aquilo que provocou, com o encerramento de algumas empresas, com quebra significativa da movimentação do porto e com o desemprego criado com a mesma. Portanto, há necessidade de diversificar a atividade económica no concelho. -----

Há também novos projetos que vão surgir na nossa zona de indústria ligeira, na ZIL 2, por isso as intervenções, uma está concluída e outra que esperamos concluir até final de agosto, vão ser importantes para a fixação de novas empresas que virão para o nosso concelho, uma vez que temos uma lista grande já de inscrições. -----



Amir
G

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

A abertura das duas novas unidades hoteleiras, uma em Porto Covo e outra em Sines, reforçou a nossa capacidade de alojamento e isso tem sido um fator determinante para aquilo que é o turismo no nosso concelho. -----

No desenvolvimento local e social, obviamente que o ano 2022 foi a preparação para receção das novas competências no âmbito da educação. Como sabem, o município recebeu a escola secundária Poeta Al Berto, isso teve reflexos imediatos com as refeições que passaram a ser servidas pelos nossos serviços, que foi um sinal claro de que os municípios têm uma melhor capacidade para gerir aquilo que está nos seus territórios. -----

A atribuição de bolsas de estudo para os estudantes do ensino superior, que foi reforçada no ano letivo de 2021/2022, chegando a cerca de oitenta e cinco beneficiários, um investimento em bolsas foi de cerca de noventa e seis mil euros, um valor que cresceu relativamente ao ano anterior, que é um facto também relevante. -----

O município de Sines também aderiu ao projeto piloto integrado para valorizar, um projeto de extrema importância para o nosso concelho, apostou na valorização de alguns espaços desportivos, nomeadamente reconversão das antigas piscinas, que foram transformadas numa sala polivalente, entre outros melhoramentos que têm surgido nos equipamentos e também a renovação do ginásio e SPA na piscina municipal que estão neste momento a ser utilizados por muitos mais utentes. ---

Na área da cultura, retomou a sua atividade regular, regressando obviamente o festival *Músicas do Mundo* e também o facto deste festival atrair sempre ao nosso concelho milhares de pessoas, o que é algo importante. -----

Na saúde, segurança, resiliência e bem-estar, depois do Covid, obviamente que as atividades foram retomadas, retomámos as comemorações dos espaços seniores, Dia Mundial da Terceira Idade, Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial da Poesia, entre muitos outros eventos e atividades desenvolvidas por coletividades, clubes, instituições. Também sessões de sensibilização, com vista à segurança das pessoas, foram importantes no ano passado, cada vez dar mais realço à prevenção de burlas e maus-tratos, assim como a literacia digital. Foram também promovidas campanhas de solidariedade, como a recolha e distribuição de produtos de primeira necessidade e a entrega de bens essenciais a várias entidades e isso naturalmente envolveu também toda a comunidade sineense e várias instituições do concelho. -----

Na qualificação urbana, planeamento e ordenamento do território, naturalmente que o grande foco se manteve na execução dos financiamentos comunitários, dando prioridade a essas empreitadas,



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

muitas vezes realça-se o facto do município de Sines ter uma baixa execução comparativamente com outros, isso deve-se não à baixa execução que as obras tinham, mas ao facto de existir algum atraso na reprogramação dessas atividades. O que acontecia é que nós íamos fazendo a obra, os autos iam sendo pagos pelo município, mas não recebíamos o dinheiro comunitário em tempo. Esse processo neste momento está regularizado e temos uma execução muito superior àquilo que acontecia há três, quatro meses atrás. -----

Relativamente à Marquês de Pombal finalmente a obra está noventa e nove ponto nove por cento concluída, apesar de todos os problemas que tivemos, o mesmo sucede com outras empreitadas, nomeadamente o centro de dia de Porto Covo, que está praticamente concluído e também o observatório do mar, que já recebemos a obra, ficando apenas a faltar ali alguns pequenos ajustes. Finalmente foi finalizada também a empreitada de execução das infraestruturas do loteamento municipal Sul Nascente, a estrada do Encalhe, bem como a intervenção que fizemos na entrada de Sines, separador central e a rotunda da zona comercial. A estrada da Provença também foi repavimentada, o que era importante. Há um conjunto de projetos que estão neste momento em execução e que julgamos que nalguns deles ainda irão iniciar-se as obras neste ano. Falo na estrada do Paiol, a requalificação da estrada da Floresta, portanto projetos que já estão concluídos, faltando apenas lançar os concursos. Os lavadouros praticamente também estão concluídos, assim como a reabilitação do jardim das Descobertas, cujo projeto está neste momento em fase de conclusão. Existe um conjunto de outras atividades importantes, nomeadamente a questão da estratégia local de habitação, uma vez que assinámos esse documento no ano 2022 e queríamos deixar aqui como relevante, assim como o monumento que fizemos ao Vasco da Gama. -----

Na sustentabilidade ambiental e urbana, iniciaram-se projetos que visam a construção de novos depósitos de água em Sines e Porto Covo, o de Sines já temos as propostas, estará para consignação, portanto uma obra que se vai iniciar brevemente. -----

No que respeita à recolha de resíduos foram submetidas várias candidaturas, numa primeira fase mais no centro da cidade, mas depois esperamos ser possível alargar também à restante cidade e, eventualmente, também a Porto Covo. -----

O município continua a ter um programa de educação ambiental muito evoluído, que tem contribuído para sensibilizar os alunos e as diversas entidades, para estes sistemas de avaliação ambiental e continuou a ser o município mais azul do Alentejo, o que vem acontecendo nos últimos anos sucessivamente. Deixar nota também que Sines hasteou seis praias com bandeira azul e as



Ami
Ge

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

praias do concelho passaram a ser geridas pelo município, faltando apenas concretizar alguns pormenores da praia Vasco da Gama. -----

Relativamente ainda à sustentabilidade ambiental urbana, as novas competências nas áreas protegidas, no parque natural do Sudoeste alentejano e Costa Vicentina e também na reserva natural da lagoa da Sancha e Santo André, passando o município a ter responsabilidades nessas comissões de gestão, mais responsabilidades, mas não acrescido de verbas. -----

Relativamente também à transição energética, temos tido a preocupação de nos envolvermos em várias atividades relativamente a esta matéria e inclusive assinámos um memorando de entendimento com vista à constituição de uma comunidade de energia renovável, com a administração do porto de Sines e com a AICEP, que será certamente muito importante para o futuro deste concelho. -----

Na modernização dos serviços municipais, transparência e inteligência urbana, evoluímos para um mecanismo cada vez mais transparente no caso da desmaterialização dos processos de urbanismo, na área do urbanismo e reabilitação urbana, que aconteceu em 2022, portanto todos os processos hoje em dia entram em formato digital, naturalmente que nos primeiros tempos não foi fácil esta adaptação, mas hoje em dia o tempo de espera é muito menor do que aquilo que acontecia no passado e os processos vão ter aqui um tratamento muito mais célere. Foi também importante a agilização dos procedimentos que aconteceram com alguns investimentos privados e também outros de grandes empresas que estão na região. Obviamente que a recolha de todo um trabalho que tem sido feito por estes serviços tem sido importante, mas queria também salientar que os serviços, a informatização dos serviços, bem como a mobilização de mais recursos e qualificações de técnicos tem sido importante, em áreas chaves como são estas que temos vindo a falar. -----

Do ponto de vista dos números, uma breve análise. Na gestão financeira, o balanço de 2022, o ativo continua a ser cada vez mais elevado, o passivo a diminuir, naturalmente que tirámos daí os proveitos diferidos, porque essa rúbrica acaba por empolar artificialmente o passivo, mas como nós sabemos são empreitadas que estão em curso, cujo valor vai para essa rúbrica, mas depois de concluídas passam para ativo. -----

Relativamente à dívida da Câmara, que está cada vez mais reduzida, esperamos agora em breve chegar a um patamar de estabilização, uma vez que uma Câmara que também não tenha dívidas é porque está a ser mal gerida. Portanto, temos que equilibrar aqui um pouco também a redução dessa dívida. O importante é percebermos que essa dívida, desde que não tenha encargos



Amu
Ge

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

significativos para a Câmara, é algo importante. -----

Na execução da receita tivemos ao longo dos últimos anos uma evolução muito favorável, com valores a rondar os oitenta e sete, oitenta e oito, oitenta e nove, o que é importante, estamos a falar de uma execução mais elevada nos últimos anos. -----

Relativamente à distribuição da estrutura da receita, os impostos diretos continuam a ter aqui o grande peso, quarenta e dois por cento, logo seguido das transferências correntes, que são as rubricas mais importantes. -----

Do ponto de vista da estrutura da despesa, as despesas com o pessoal continuam a ter também um peso significativo, a aquisição de bens e serviços, que também continuam a ter um peso importante na estrutura da despesa. -----

Por último, na gestão financeira, as grandes opções do plano, temos aqui o que estava previsto, o que foi comprometido e o faturado, tanto por parte das AMR, como das PPI, são dados que obviamente ajudam a perceber um pouco daquilo que foi a execução que tivemos no ano 2022 e diria que do ponto de vista do equilíbrio das contas, as coisas funcionaram, tivemos, eventualmente poderíamos ter aqui mais alguma execução, mas com os níveis que tivemos em 2022, naturalmente diria que as contas não são perfeitas, mas estão num estado bastante favorável”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 12 votos a favor do PS, 6 votos contra do MAISines e 4 votos contra da CDU. -----

No seguimento desta votação, a deputada **Soraia Pereira** procedeu à leitura da seguinte declaração de voto, que se transcreve na íntegra. “Face à prestação de contas de 2022 do município de Sines, a CDU considera o seguinte: Verificamos que o passivo aumentou quatro ponto trinta e nove por cento, os rendimentos diminuíram cinco por cento e os gastos aumentaram catorze por cento. Em paralelo, o endividamento municipal diminuiu um ponto oito milhões de euros, as despesas com o pessoal aumentaram sete por cento, fruto de algum recrutamento, do aumento das remunerações e do subsídio de refeição, bem como do aumento do trabalho suplementar, o que consideramos insuficiente face às necessidades. -----

Relativamente às receitas, em comparação com a prestação de contas de 2021, verificamos que as receitas de capital diminuíram setenta por cento, resultado extremamente negativo tendo em conta a falta de capacidade do executivo PS da Câmara Municipal em arrecadar receitas provenientes de



Almeida
G

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

fundos estruturais, quer comunitários, quer nacionais. Este péssimo resultado vem ao encontro daquilo que a CDU tem vindo a alertar, nomeadamente quanto à falta de estratégia e de planeamento do executivo PS, quando existem tantas necessidades sentidas pelas populações do concelho de Sines, por exemplo, verificamos igualmente que o peso das prestações de serviços na gerência é superior ao investimento de vinte e sete por cento para vinte e dois por cento. O executivo PS só ultrapassou o desastre que foram as receitas de capital de 2022, contrabalançando com a venda de bens. Se tal resultasse no aumento do investimento ainda podíamos compreender, mas como podemos facilmente verificar, a taxa de execução do investimento foi de cinquenta e sete ponto dois por cento, menos dois ponto cinco milhões de euros e menos de vinte e nove por cento em comparação com o ano 2021, que como sabemos já foi abaixo do desejável, portanto a venda de bens não trouxe nada de positivo para as populações, a não ser algum equilíbrio nas receitas para diminuir o endividamento municipal. Resumindo, o executivo PS prossegue na utilização crescente das prestações de serviço, em detrimento da administração direta das intervenções, desmotivando por essa forma os seus recursos humanos. -----

Quando há tantas necessidades sentidas pelas populações do concelho, quer na freguesia de Sines, quer na freguesia de Porto Covo, o executivo PS da Câmara Municipal de Sines continua a não ter uma estratégia de desenvolvimento para o concelho, mantendo a falta de trabalho e planeamento, a inércia e a falta de competência, pelo que a CDU vota contra a proposta de prestação de contas de 2022 do município de Sines”. -----

O deputado **Gil Gonçalves** lê a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra: “A prestação de contas anual revela o desempenho ao longo do exercício económico, nomeadamente sob o ponto de vista do cumprimento do orçamento. Conforme o MAISines referiu em sede de discussão orçamental, os mais de nove milhões previstos em outras receitas correntes, que correspondiam a vinte e cinco por cento do total das receitas previstas para 2022, não se realizaram, conforme constava na página dezoito das grandes opções do plano e orçamento 2022-26, onde constava que as outras receitas correntes representam vinte e três por cento do total da receita e o valor incluído nesta rubrica refere-se essencialmente a mecenato, tendo sido estimado de acordo com as diretivas emitidas pelo executivo municipal, considerando as negociações existentes com as diversas entidades provadas do nosso concelho. Desta receita de nove milhões estimada pelo executivo municipal, realizaram-se apenas seiscentos e cinquenta e nove mil euros. Esta discrepância revela a fantasia, ou a incapacidade de realizar as ações previstas por este executivo.



Ami
G

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Já quanto às aquisições de bens de capital, com um valor previsto no orçamento de dezassete vírgula um milhões de euros, a sua execução ficou-se pelos seis vírgula dois noventa e cinco milhões de euros, uma taxa de execução de trinta e sete por cento. -----

Depois de um bom ano 2021 no que a investimentos respeita e a que o ano eleitoral não terá sido alheio, as aquisições de bens de capital sofreram um tombo de dois milhões e meio, ou seja, uma diminuição de trinta por cento. Os números apenas espelham o que empiricamente o cidadão comum sente no concelho, nomeadamente o abandono do espaço público e a não execução de projetos fundamentais para o município, demonstrando uma grande incapacidade de execução por parte do executivo com pelouros. -----

No que respeita aos impostos, no ano 2022, o município de Sines duplicou a receita em relação ao ano anterior, passando de seis milhões e meio para treze milhões, um aumento de receita de seis milhões e meio, com especial incidência sobre o IMT. Contudo, o município votou contra a proposta dos vereadores do MAISines de isentar deste imposto os jovens sineenses até aos trinta e cinco anos na aquisição de habitação própria permanente, até ao montante de duzentos mil euros, assim como votou contra a redução generalizada dos impostos previsto no pacote anticrise apresentado pelo MAISines na Assembleia Municipal. -----

Já no que respeita à receita dos bens de investimento, nomeadamente terrenos, passou de sete milhões e meio em 2021 para cerca de um milhão em 2022. Esta redução não resulta de nenhuma estratégia, pois os valores anteriores foram extraordinariamente inflacionados pela venda da pedreira e de terrenos na zona comercial. -----

Para finalizar, considerando que a um aumento brutal das receitas fiscais não correspondem o atenuar da grave crise económica que vivemos nem a constituição de qualquer solução habitacional que permita a construção para venda ou arrendamentos a custos acessíveis, bem como nenhuma melhoria nos serviços ao nível do tratamento e manutenção do estado público do concelho, sobretudo na cidade de Sines, nem um aumento de investimento estruturante para o desenvolvimento do concelho. A falta de planeamento, de coordenação, conhecimento e leitura da realidade, levam a considerações orçamentais imponderadas, como a expetativas pouco lúcidas de verbas de mecenato e de investimento, que depois se traduzem em taxas de execução diminutas. Depois de anos seguidos de receitas extraordinárias e de um mercado imobiliário em franca expansão, em que a Câmara Municipal adotou políticas neoliberais assumindo o papel de agente especulativo, encarecendo o acesso à habitação e mesmo assim não foi conseguido que o concelho



Ami
C

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

crecesse em termos populacionais numa fase de grande expansão económica da região, conforme demonstram os censos de 2021. Tendo em conta que um crescimento da receita de impostos de seis milhões e meio não foi suficiente para o PS ceder na sua política de contenção de investimento no concelho e nas pessoas e que 2022 era sem dúvida o ano para que o município pudesse dar um passo em frente para apoiar pessoas, famílias, empresas e associações, e por tudo quanto foi dito, o MAISines vota contra a prestação de contas relativas a 2022”. -----

Ponto 11: Apreciação dos documentos da certificação legal de contas respeitantes ao exercício de 2022, emitidos pela revisora oficial de contas do município. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores deputados se há alguma questão a colocar. Uma vez que ninguém quis intervir, os documentos foram considerados apreciados. -----

Ponto 12: Apreciação da atividade bem como da situação financeira do Município de Sines, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 2.º, e do Art.º 19.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sines;

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para dar explicações sobre o ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz que “estamos a falar do relatório de atividades de um período de cerca de dois meses, 16-02 a 12-04, e da análise da situação financeira, a março de 2023. Três ou quatro notas que eu considero essenciais, na área dos recursos humanos, a contratação de quatro assistentes técnicos por tempo indeterminado, a contratação de cinco assistentes operacionais por tempo indeterminado, a consolidação de uma mobilidade, a contratação de um técnico superior engenheiro civil para empreitadas e obras públicas, a abertura de procedimento concursal para um técnico superior para a divisão jurídica, fiscalização e ambiente, a abertura de um procedimento concursal para a contratação de um assistente operacional, neste caso calceteiro, a abertura de um procedimento concursal para a contratação de um assistente operacional para a rede viária, a abertura de um procedimento concursal comum para a contratação de um técnico superior para as AEC, portanto diria que ao contrário daquilo que alguns dos senhores deputados disseram, há aqui uma dinâmica muito interessante na contratação de mais pessoal, mais trabalhadores para a autarquia, o que é naturalmente importante. -----

Também neste período, empreitadas como eu já referi há pouco concluídas, a expansão nascente



Almy
Geu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

da ZIL 2 está concluída, concluímos o campo de futebol de 7 do estádio municipal e que deve abrir nos próximos dias, o parque infantil na escola básica número um também foi concluído, foi também concluída a empreitada do Encalhe, e estão um conjunto de projetos também em fase de conclusão, neste momento em carteira, muitos deles para serem lançados. -----

Uma nota também para a rede social, para a reunião realizada no passado 22 de fevereiro e também o facto de a Câmara ter assumido no dia 1 de março novas competências em matéria da ação social, no âmbito do processo de transferência de competências da administração central para a administração local. -----

Realizou-se também dia 22 de março o Conselho Municipal de Educação e de 24 a 25 de março, a quinzena da juventude. -----

Uma nota também que eu gostaria de deixar para o facto de o festival *Músicas do Mundo* ter vencido mais um prémio, neste caso de melhor programa cultural de Portugal e Espanha, e também que o **Carlos Seixas**, o nosso diretor artístico ter sido também reconhecido com um prémio de excelência, personalidade durante este evento, que é um evento importante, e que cada vez mais conta com os grandes festivais. Só para dar uma noção, nós vencemos já várias vezes o melhor grande festival, este ano venceu o *Rock in Rio*, portanto há aqui de facto uma subida, a escala é de facto enorme. Foi também inaugurada a exposição “Múltiplo de Múltiplo”, do artista Pedro Gomes e foram desenvolvidas várias outras atividades no âmbito do CAS, nomeadamente as comemorações dos sessenta anos da morte do escritor Aquilino Ribeiro, no passado dia 29 de março e também um facto importante do ponto de vista desportivo, os quatro jogos de preparação das seleções masculinas de futsal dos escalões de sub19 e sub21. Realizou-se também o décimo torneio de natação do Litoral Alentejano, Masters. -----

Do ponto de vista do turismo, um grupo de prospetores turísticos e jornalistas franceses, alemães e irlandeses estiveram em Sines, um trabalho que tem sido desenvolvido e que tem dado os seus frutos. Também a nota para o facto de termos participado na BTL, o que é sempre um evento importante para a promoção do nosso concelho. -----

Tivemos também, no âmbito da proteção civil, uma reunião com os novos comandantes regionais e sub-regionais, que permitiu discutir os temas que são sempre importantes nesta área. -----

Relativamente à parte financeira, há aqui um trabalho que tem sido desenvolvido, que também tem dado os seus frutos. Há pouco um dos senhores deputados falava na questão de falta de planeamento. Nós na questão financeira há um planeamento claro, agora quando temos receitas



Idalino Sabido José

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

extraordinárias, o nosso planeamento é muito simples. Se temos receitas que não esperávamos, não vamos vender terrenos nem vamos desenvolver outros projetos que poderiam dar ainda mais receita. Portanto, há aqui um equilíbrio entre aquilo que é a receita fiscal e aquilo que são as nossas intenções até final do ano. -----

Relativamente ao total de receitas correntes até à presente data, portanto final de março 2023, ronda os vinte por cento, o que é naturalmente importante, tendo em conta que faltam aqui alguns dos impostos principais, nomeadamente o IMI que é sempre uma receita importante. Já agora só uma nota, alguns dos senhores deputados têm falado muito na falta de apoio às famílias, por parte da Câmara e isso não corresponde minimamente à verdade. Eu devia recordar que ao longo dos últimos anos, nós sempre tivemos uma taxa de IMI reduzida, sempre demos o benefício para as famílias que têm um, dois ou três dependentes, sempre demos isenção de derrama às empresas que têm volumes de negócios até aos cento e cinquenta mil euros, portanto sempre houve uma preocupação de ter taxas de impostos relativamente baixas no nosso concelho. Obviamente que isso agora não é muito notório, porque já o fazemos há muitos anos, ao contrário de outros que só mais recentemente começaram a fazer. Ainda relativamente à questão dos números, só uma nota que me parece importante relativamente ao plano plurianual de investimentos, que nesta data já tem um compromisso de cerca de quarenta por cento e às AMR que já têm no final de março um compromisso de cerca de cinquenta e três por cento. -----

Se compararmos a dívida que existia em março de 2022 com a dívida de março de 2023, há uma redução de cerca de um milhão de euros na dívida de curto prazo e um milhão e duzentos mil na dívida de médio e longo prazo. Continuamos a ter uma margem disponível de endividamento, que neste momento ronda os quatro vírgula seis milhões de euros, temos que aproveitá-la nesta fase, e relativamente ao prazo médio de pagamentos, a dezembro de 2022 era de cerca de quinze dias. -- Também duas notas para dizer que relativamente aos fundos disponíveis continuam positivos, portanto continuamos a ter um valor acima de um milhão e meio de euros, e que tal como vem sendo referência ao longo dos últimos relatórios, o município de Sines deixou de ter pagamentos em atraso desde maio de 2021. Basicamente é isto”. -----

Não havendo mais inscrições para intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, considerou este ponto como apreciado. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à consideração da Assembleia se as deliberações desta podiam ser aprovadas em minuta, facto que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

foi votado e aprovado por unanimidade. -----

Assim, a 1ª. Secretária da Assembleia Municipal de Sines, em substituição, **Amélia João Chamorro Nunes**, procedeu à leitura da ata em minuta, a qual foi votada e aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a Assembleia ordinária de vinte e um de abril, de dois mil e vinte e três, da qual se elaborou a presente ata. -----

Sines, 21 de abril de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines

Idalino Sabido José

1ª Secretária

Amélia João Chamorro Nunes

2º Secretário

Artur Licínio de Oliveira Martins